19

Sinaes
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

2201

MACROTIPO 24

CADERNO
2201

enade 2025
Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

Novembro | 25

DIREITO
BACHARELADO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Verifique se, além deste Caderno, você recebeu o **CARTÃO-RESPOSTA**, destinado à transcrição das respostas das questões de múltipla escolha, da questão discursiva e das questões de percepção da prova.
2. Confira se este Caderno contém a questão discursiva e as objetivas de múltipla escolha, de Formação Geral e do Componente Específico da área, e as relativas à sua percepção da prova. As questões estão assim distribuídas:

Partes	Tipo	Número das questões
Formação Geral	Objetivas	01 a 15
Componente Específico	Discursiva	***
	Objetivas	16 a 45
Questionário de Percepção da Prova	***	01 a 09

3. Verifique se a prova está completa, se o seu nome está correto no **CARTÃO-RESPOSTA** e se a **área de avaliação** e o **número do caderno de prova** correspondem ao do **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, avise imediatamente ao Chefe de Sala.
4. Assine o **CARTÃO-RESPOSTA** no local apropriado, com caneta esferográfica **de tinta preta, fabricada em material transparente**.

MISTO
Papel | Apoiando o manejo florestal responsável
FSC® C189794
www.fsc.org

INEP
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

S221920251

S2219202S2

5. Responda a questão discursiva em, no máximo, 30 linhas. Qualquer texto que ultrapasse o espaço destinado à resposta será desconsiderado.
6. A prova terá duração de **quatro horas**. Lembre-se de reservar um período para transcrição das respostas para o **CARTÃO-RESPOSTA**.
7. Ao terminar a prova, acene para o Chefe de Sala e aguarde-o em sua carteira. Ele então irá proceder à sua identificação, recolher o seu material de prova e coletar a sua assinatura na Lista de Presença.
8. Atenção! Você deverá permanecer na sala de aplicação por, no mínimo, **duas horas** a partir do início da prova.
9. Você só poderá levar o **rascunho do CARTÃO-RESPOSTA** (espaço para anotação das questões) quando faltarem **30 minutos** para o término da prova. Nele só poderão constar as marcações das questões objetivas.
10. O **CARTÃO-RESPOSTA** e o **caderno de prova** deverão ser entregues ao Chefe de Sala ao término da prova.

1_CAPA_2201_Direito_SAMP.indd 2 09/10/2025 17:17:19

* S 2 2 1 9 2 0 2 5 3 *

QUESTÃO 01

TEXTO 1

Como resposta às mudanças climáticas, o Brasil tem ampliado o uso de fontes renováveis, como biocombustíveis e as fontes eólica e solar. No entanto, para criar uma trajetória progressiva de sustentabilidade ao longo do tempo, o País precisa considerar as relações socioeconômicas e ambientais, além das alterações na base tecnológica. Para isso, é fundamental considerar os impactos que a transição energética pode causar nas comunidades vulneráveis. Esses impactos podem ser positivos, mas também podem aprofundar as desigualdades vivenciadas por essas comunidades.

Disponível em: https://www.epe.gov.br. Acesso em: 8 jun. 2025 (adaptado).

TEXTO 2

Iniciada em meados de 2021, a instalação de um parque solar no município de Santa Luzia passou a impactar a comunidade quilombola de Pitombeira, situada no município vizinho de Várzea, no semiárido paraibano. Moradores passaram a sentir os impactos do desmatamento da vegetação nativa da Caatinga: deslocamento e(ou) morte de animais silvestres; aumento do trânsito e de pessoas “de fora”; rachaduras de casas e cisternas, em razão das explosões que foram realizadas durante a instalação dos painéis solares. Conforme uma liderança quilombola, os impactos serão sentidos a curto, médio e longo prazo. Estima-se que 335 hectares de mata nativa de Caatinga tenham sido completamente desmatados para a construção do parque mencionado. Houve o aterramento de riachos, açudes e lagoas no interior das fazendas, associado a ações de compactação e impermeabilização do solo.

CAVALCANTE, L. V. *et al*. As contradições da energia renovável no Semiárido: o caso da injustiça ambiental produzida por empreendimento de energia solar na Comunidade Quilombola Pitombeira (Paraíba – Brasil). **Revista Nera**, v. 28, n. 1, 2025 (adaptado).

S22192025 - 22_Direito.indb 3 07/10/2025 15:56:48

Com base nos Textos 1 e 2, assinale a opção que apresenta três fatores relativos à transição energética que agravam as condições de vida de comunidades vulneráveis.

A Aumento descontrolado da fauna, perda de empregos e violação dos direitos humanos.

B Desenvolvimento de economia circular, deslocamento populacional e conflitos sociais.

C Necessidade de requalificação profissional, perda de territórios e desequilíbrio ambiental.

D Valorização do conhecimento científico, aumento da resiliência ambiental e ausência de participação social.

Área livre

QUESTÃO 02

TEXTO 1

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e seu exercício de cidadania.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 25 maio 2025 (adaptado).

TEXTO 2

No caso da cultura, a lei voltou-se diretamente à promoção daquilo que conhecemos como acessibilidade cultural, que pode ser compreendida como um conjunto de medidas que visam à eliminação de barreiras e à promoção da participação plena das pessoas com deficiência em políticas, programas, projetos e ações culturais. Essas ações propiciam à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida a possibilidade de viver de forma independente e exercer seus direitos culturais.

Disponível em: https://www.gov.br/cultura. Acesso em: 25 mai. 2025 (adaptado).

A partir das informações apresentadas, é correto afirmar que a acessibilidade cultural é efetivada não somente com o acesso de pessoas com deficiência a bens culturais, mas também com a

A inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho, por meio de sua atuação como produtoras de cultura.

B restrição de acesso e participação dessas pessoas em eventos de arte e cultura nos quais ocorram grandes aglomerações.

C criação de eventos voltados a públicos formados por essas pessoas, a fim de manter a exclusividade de seu acesso aos bens culturais.

D manutenção de políticas de acessibilidade, as quais dispensam a participação da sociedade civil e da iniciativa privada, por se tratar de responsabilidade do Estado.

S22192025 - 22_Direito.indb 5 07/10/2025 15:56:49

QUESTÃO 03

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), no final de 2023, estimava-se que 117,3 milhões de pessoas em todo o mundo foram deslocadas à força, o que representa um aumento de 8%, ou 8,8 milhões de pessoas, em relação ao final de 2022. Esses dados revelam aumentos anuais sucessivos na quantidade de pessoas forçadas a se deslocar.

Disponível em: https://www.unhcr.org/global-trends-report-2023. Acesso em: 5 jun. 2025(adaptado).

Considerando-se essas informações e o que se refere aos movimentos migratórios no século XXI, é correto afirmar que os fluxos de pessoas forçadas a se deslocar

A ocorrem em direção aos países mais ricos e desenvolvidos, que abrigam a maioria da população refugiada do mundo, oferecendo serviços públicos e de acolhida de qualidade.

B intensificaram-se em direção aos países menos desenvolvidos, nos quais existem políticas migratórias mais flexíveis e melhor infraestrutura para recepcionar populações refugiadas.

C aumentaram como consequência do fortalecimento dos direitos dos migrantes, do gerenciamento integrado de fronteiras entre os países e do desenvolvimento de políticas de acolhimento promovidas pela ACNUR.

D cresceram em decorrência do acirramento de conflitos e violações dos direitos humanos, com a maioria das pessoas vivendo em países vizinhos às suas nações de origem, onde também enfrentam barreiras sociais.

Área livre

* S 2 2 1 9 2 0 2 5 7 *

QUESTÃO 04

TEXTO 1

O cinema é um espetáculo e, salvo exceções, o filme não é concebido para ser um documento histórico. É feito em primeiro lugar para ser vendido, e não para ser conservado em um museu, ainda menos em arquivos. Isto, contudo, não o impede de deter funções sociais diferenciadas, exercidas por meio da imprensa profissional, da crítica e do discurso analítico recente. Nesses termos, a instituição cinematográfica produziu grandes categorias de classificação reformuladas pela televisão: jornais televisivos para informar, documentários para educar, ficção para distrair.

Os filmes de ficção são ainda mais suspeitos, uma vez que têm uma função de divertimento, ainda que não raro um divertimento sério, quando se trata de colocar grandes problemas humanos e culturais, como puderam também fazer o teatro e o romance. Esses, com efeito, impõem questões contemporâneas, ou mesmo tentam testemunhar diretamente, principalmente nos períodos de crise, para informar e registrar uma memória visual e sonora dos eventos. Em certos casos específicos, pode-se mesmo solicitar ao cinema assumir um papel social ou político.

LAGNY, M. O Cinema como Fonte de História. *In*: **Cinematógrafo**: um olhar sobre a História. Salvador: EDUFBA, 2009 (adaptado).

TEXTO 2

Ainda Estou Aqui levou o prêmio de Melhor Filme Internacional no Oscar 2025. Essa foi a primeira vez que o Brasil trouxe o troféu para casa. Baseado no livro de Marcelo Rubens Paiva, o filme trata da morte do pai do autor, durante o período da ditadura militar no Brasil, a partir do ponto de vista de sua mãe, Eunice Paiva. O político e engenheiro foi tirado de casa em 1971 por agentes do regime e nunca mais retornou. Até hoje, as circunstâncias da morte não foram totalmente esclarecidas e ninguém foi punido pelo crime. Milhões de pessoas assistiram ao longa-metragem nos cinemas. Em todo o mundo, a produção arrecadou mais de US$ 27,4 milhões.

Disponível em: https://brasildefato.com.br. Acesso em: 20 maio 2025 (adaptado).

Considerando o Texto 1, que aborda a arte e sua função social, e o Texto 2, que trata da repercussão internacional do filme **Ainda Estou Aqui**, assinale a opção correta.

A A obra cinematográfica mencionada é sobretudo um documento histórico, na medida em que retrata o período da ditadura militar e faz um registro detalhado do desaparecimento do pai de Marcelo Rubens Paiva.

B O cinema, assim como o teatro e o romance, constrói e produz sentidos, podendo criar significados variados, quanto a resgates históricos e representação social, mesmo em obras de entretenimento, como o filme mencionado.

C A função do cinema é entreter e divertir, sendo natural a omissão das temáticas históricas, políticas e sociais das narrativas de filmes de ficção, como no filme em questão, produzido a partir da visão de um familiar do personagem retratado.

D O longa-metragem em questão é emblemático, pois foi a primeira produção brasileira a ganhar o Oscar de melhor filme internacional, sendo a obra do cinema nacional mais vista e com a maior arrecadação de bilheteria já registrada no País.

QUESTÃO 05

Eventos climáticos extremos, como secas ou enchentes, estão se tornando cada vez mais frequentes e severos em razão da mudança climática. No entanto, as consequências da ocorrência desses eventos estão além das questões ambientais, uma vez que promovem o deslocamento involuntário de populações vulneráveis desencadeando uma complexa cadeia de impactos de natureza socioambiental, econômica, ecológica, jurídica, política, psicológica e até mesmo de identidade e pertencimento. O fenômeno do deslocamento forçado requer atenção e soluções eficazes para sua gerência, uma vez que a população afetada necessita de condições adequadas para sua sobrevivência a longo prazo. Assim, as cidades precisam desenvolver uma infraestrutura urbana capaz de responder às emergências, de se preparar de maneira proativa para futuros desafios e ainda de absorver e se adaptar a essas novas dinâmicas causadas por deslocamentos massivos, de forma a garantir a proteção e promoção dos direitos humanos dos deslocados internos.

MATIAS, A. M. M. Paradiplomacia e urbanismo: possíveis aliadas na proteção da dignidade da pessoa humana dos deslocados internos. LIMONGI. A. A.; SOLDANO G. (Org.). *In*: **Direito internacional do século XXI** [e-book]: desafios globais contemporâneos. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, p. 91, 2025 (adaptado).

S22192025 - 22_Direito.indb 9 07/10/2025 15:56:49

Considerando o texto apresentado, assinale a opção correta sobre o deslocamento interno de populações vulneráveis.

A As cidades cumprem integralmente seu compromisso social ao implementar soluções urbanísticas que priorizam o atendimento emergencial aos deslocados internos.

B Os eventos climáticos extremos tendem a afetar uniformemente a população local, por isso os deslocados internos lidam de forma semelhante com os impactos negativos.

C A destruição de infraestrutura e a escassez de recursos como consequência da ocorrência de eventos climáticos extremos forçam a população local a se deslocar, transformando uma crise ambiental em uma crise humanitária.

D As cidades que recebem os deslocados internos crescem economicamente em função do aumento da oferta de mão de obra e, dessa forma, desenvolvem locais mais seguros e recursos adequados para essa população reconstruir suas vidas.

Área livre

QUESTÃO 06

Um levantamento realizado em 2024 mostrou ligação entre o uso excessivo de redes sociais e o estado de saúde mental dos brasileiros. A pesquisa revelou que 65% dos entrevistados enfrentam dificuldades emocionais em algum grau. O uso intensivo de plataformas de redes sociais está associado a 45% dos casos de ansiedade em jovens de 15 a 29 anos de idade. Jovens que passam mais de três horas por dia em plataformas digitais têm um risco 30% maior de apresentar quadros de depressão, em comparação com aqueles que fazem um uso mais moderado. Cerca de 40% dos entrevistados relataram que sua autoestima é profundamente afetada pelo número de curtidas e comentários que recebem em suas postagens. Essa dependência de validação externa é mais pronunciada entre jovens que estão em fase de formação de identidade e são mais suscetíveis a julgamentos.

Disponível em: https://veja.abril.com.br/saude/excesso-de-redes-sociais-esta-associado-a-45%-dos-casos-de-ansiedade-em-jovens. Acesso em: 25 jun. 2025 (adaptado).

Considerando as informações do texto, assinale a opção que apresenta uma medida eficaz para prevenir os impactos negativos das redes sociais na saúde mental dos jovens, de forma a mitigar a causa de problemas como depressão e necessidade de validação externa.

A Implementar, nas escolas, programas sobre a necessidade de uso moderado de redes sociais, a fim de reduzir os riscos psicológicos da dependência digital entre jovens em geral.

B Propor lei que obrigue as plataformas de redes sociais a permitirem a visualização de curtidas e comentários apenas em postagens temporárias, que se apagam automaticamente em 24 horas.

C Realizar campanhas governamentais de comunicação na televisão sobre a importância de jovens com quadro de depressão ou ansiedade causado por problemas familiares procurarem apoio psicológico.

D Aumentar o financiamento das organizações de saúde que oferecem suporte psicológico a jovens que apresentam quadros de depressão por uso excessivo de redes sociais, com vistas à reestruturação física dessas instituições.

S22192025 - 22_Direito.indb 11 07/10/2025 15:56:49

QUESTÃO 07

O número crescente de negociações exitosas para a repatriação de bens culturais no mundo mostra que se trata de uma ideia propícia ao nosso tempo, afirmou o diplomata Marco Antônio Nakata, diretor do Instituto Guimarães Rosa, órgão do Ministério das Relações Exteriores voltado para a diplomacia cultural. As negociações de restituição se dão de maneiras variadas e nem sempre partem dos governos; por vezes, comunidades locais pedem a restituição de objetos sagrados ou, no caso de fósseis, a comunidade científica nacional se mobiliza. Há, ainda, casos de museus e universidades que, por iniciativa própria, fazem a devolução.

Disponível em: https://g1.globo.com/ciencia/noticia/2023/07/23/.
Acesso em: 17 jul. 2025 (adaptado).

Considerando o texto apresentado, que faz referência a um movimento mundial que defende a reterritorialização de objetos históricos, culturais e paleontológicos retirados dos seus países de origem durante a colonização ou ilegalmente comercializados nas últimas décadas, assinale a opção que apresenta um caso de reterritorialização ocorrido nos últimos anos.

A Exposição temporária de máscaras africanas que compõem o acervo do Museu de Cais de Branly, na França.

B Retorno ao Brasil do Manto Tupinambá, que ficou exposto por mais de 300 anos no Museu Nacional da Dinamarca.

C Aquisição, por colecionadores particulares, de artefatos maias que foram negociados em leilão internacional nos Estados Unidos.

D Digitalização de cerâmicas pelo Museu de Etnologia em Lisboa, que possui a maior coleção de peças indígenas brasileiras da Europa.

Área livre

QUESTÃO 08

Na adolescência, quase todo gesto pode significar muito. A série **Adolescência**, da Netflix, mostrou que, apesar de *emojis* representarem emoções, objetos ou ideias quase sempre inofensivos, eles vêm sendo utilizados como uma forma de comunicação codificada entre adolescentes em plataformas digitais, sobretudo aquelas associadas a ideologias misóginas. Os *emojis* são comuns no universo de grupos como os *incels*, que são jovens que se autodenominam "celibatários involuntários". O termo *incel* está associado a uma subcultura on-line marcada por discursos de ódio e ressentimento contra mulheres. A imagem a seguir apresenta alguns *emojis* usados pelos adolescentes dessa subcultura.



O **emoji** Pílula Vermelha ou "**red pill**" representa o conceito originário do filme **Matrix** que simboliza a crença de que o indivíduo "despertou" para uma suposta verdade sobre as relações de gênero, adotando uma visão misógina que considera os homens como vítimas do feminismo e das mulheres.



O **emoji** Dinamite representa a "explosão" da pílula vermelha e está associado a indivíduos que se identificam como **incels**, pessoas que culpam as mulheres por sua falta de sucesso em relacionamentos e expressam ressentimento, misoginia e hostilidade em relação a elas.



O **emoji** 100 faz alusão à chamada "regra 80/20", uma crença que sugere que 80% das mulheres estão interessadas em apenas 20% dos homens considerados mais atraentes ou de alto "**status** social". Essa crença é usada para justificar sentimentos de rejeição e inferioridade entre os membros de grupos **incels**.

Disponível em: https://gq.globo.com/cultura/.

Acesso em: 9 jun. 2025 (adaptado).

S22192025 - 22_Direito.indb 13 07/10/2025 15:56:49

Considerando o texto e as imagens apresentadas, assinale a opção correta, em relação ao papel dos símbolos na comunicação e na expressão no âmbito das comunidades digitais.

A A forma como *emojis* são empregados para legitimar opressões de gênero e de sexualidade demonstra que a linguagem digital é literal, o que torna o ambiente digital um reflexo das intenções dos usuários.

B O emprego de *emojis,* como Pílula Vermelha ou Dinamite, dentro de grupos misóginos, evidencia que a linguagem visual é ambígua e que seu teor ideológico é construído a partir do modo como os símbolos são interpretados.

C A incorporação de *emojis* à linguagem revela o caráter dinâmico desta, o que permite a atribuição de novos sentidos a símbolos, de modo que a interpretação de mensagens digitais requer conhecimento das comunidades em que são usadas.

D O uso de *emojis* demonstra a adaptabilidade da linguagem a novas formas de expressão, embora mantenha os significados originalmente associados a esses recursos, o que facilita sua compreensão por usuários fora da comunidade *incel*.

QUESTÃO 09

TEXTO 1

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que completou 35 anos em 2025, estabelece o seguinte:

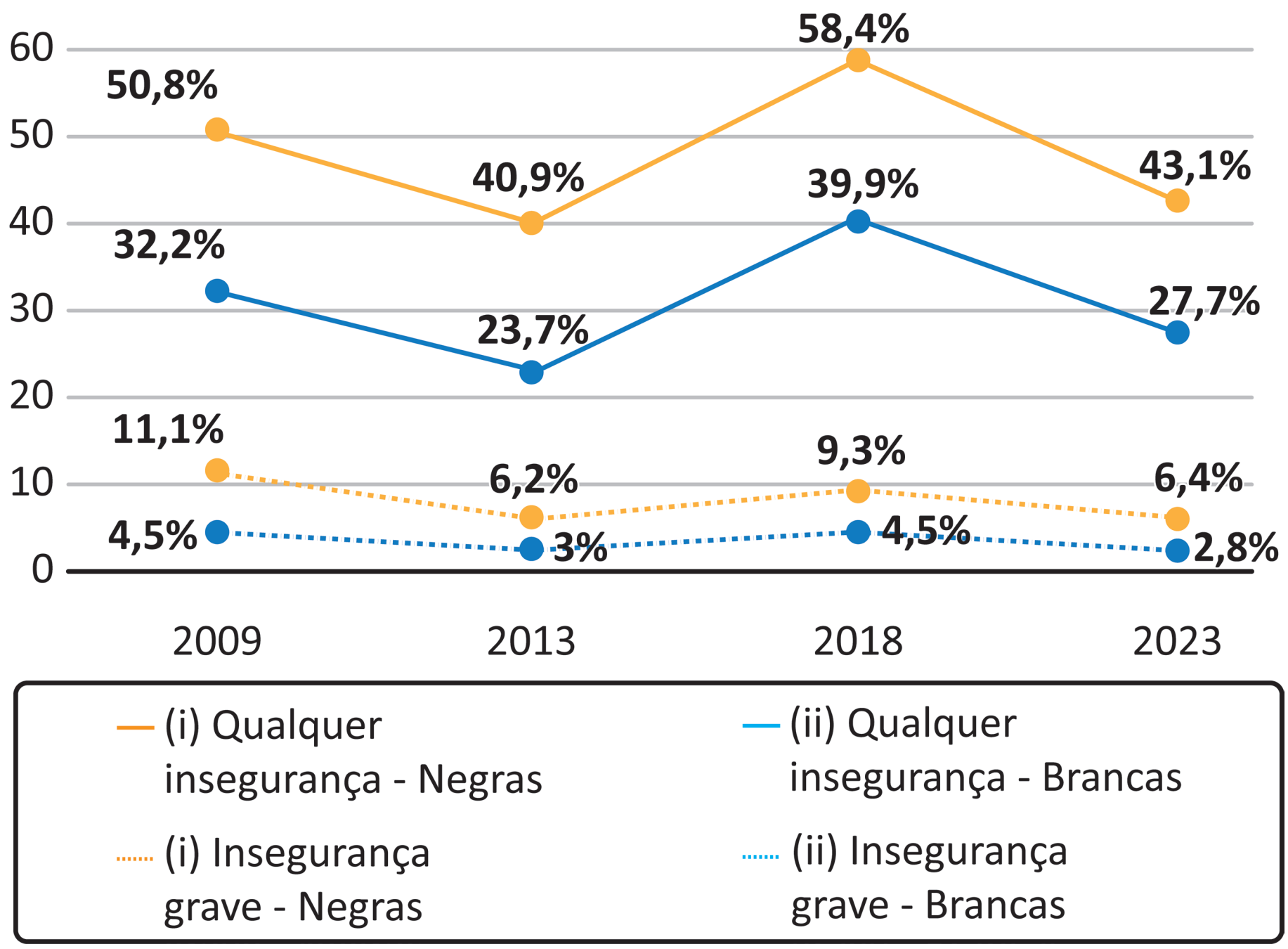
Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

BRASIL. **Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990**.
Estatuto da Criança e do Adolescente.

TEXTO 2

Crianças e adolescentes em insegurança alimentar por cor/raça



UNICEF. **Pobreza multidimensional na infância e adolescência no Brasil, 2017-2025**. Brasília: Unicef, 2025, p. 40.
Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/.
Acesso em: 20 maio 2025 (adaptado).

S22192025 - 22_Direito.indb 15 07/10/2025 15:56:51

Considerando-se as informações dos Textos 1 e 2, os quais abordam, respectivamente, o ECA e dados de insegurança alimentar entre crianças e adolescentes no Brasil, é correto afirmar que

A as desigualdades de acesso à alimentação adequada, embora tenham diminuído entre 2009 e 2023, ainda impedem a plena efetivação da Lei no País, a qual está vigente há mais de trinta anos.

B os dados referentes aos anos de 2009 e 2023 revelam uma redução constante dos casos mais graves de insegurança alimentar, e isso sugere que os objetivos do ECA serão alcançados nos próximos anos.

C as disparidades raciais no que se refere à insegurança alimentar grave de crianças e adolescentes reduziram-se entre 2018 e 2023, o que revela que os direitos a que se refere o ECA estão sendo plenamente assegurados.

D os números revelam a diminuição, entre 2009 e 2023, das diferenças raciais em termos de insegurança alimentar, sendo tal redução estipulada no ECA como a meta mais importante para a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Área livre

16

FORMAÇÃO GERAL

ENADE2025SENADE2025SENADE2025S

* S 2 2 1 9 2 0 2 5 1 7 *

QUESTÃO 10

A diáspora científica é composta por pesquisadores com mestrado, doutorado ou pós-doutorado que deixam o país e não retornam. Uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) analisou a diáspora científica brasileira a partir de uma amostra de 1 200 pessoas em vários países. Ao todo, 67% disseram estar no exterior trabalhando, 31% estavam estudando e 2% não estavam nem estudando, nem trabalhando. Apenas 12% estavam desempregados quando saíram do Brasil. Entre aqueles que querem retornar ao país, muitos não o fazem por falta de oportunidade. A ideia de repatriação é relevante para aqueles que querem retornar, mas ela não é compreendida como uma opção única para todos os casos. A migração não é considerada uma perda permanente para o País se o membro da diáspora continuar contribuindo para a realização de pesquisas nacionais. Podem ser estabelecidas estratégias de engajamento com os membros da diáspora, que vão além de seu retorno físico ao país de origem.

Disponível em: https://theconversation.com/.

Acesso em: 2 jun. 2025 (adaptado).

S22192025 - 22_Direito.indb 17 07/10/2025 15:56:51

Considerando o texto, assinale a opção que apresenta uma estratégia adequada para motivar pesquisadores que migraram do Brasil para o exterior a continuarem colaborando para o desenvolvimento da ciência, da inovação e da tecnologia do país.

A Implementar um sistema de mentoria por meio do qual os membros da diáspora preparem estudantes brasileiros para trabalharem em instituições de pesquisa no exterior.

B Promover iniciativas de reconexão dos membros da diáspora com as atividades científicas no Brasil, com vistas ao seu retorno ao País ou à sua cooperação com instituições de pesquisa nacionais.

C Criar um programa governamental que busque reduzir o desemprego de profissionais com mestrado, doutorado ou pós-doutorado no Brasil, principal causa da migração dessas pessoas para outros países.

D Desestimular o deslocamento de novos pesquisadores por meio de leis que incentivem a permanência em seu local de formação, de modo a contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

Área livre

* S 2 2 1 9 2 0 2 5 1 9 *

QUESTÃO 11

TEXTO 1

A escala de trabalho é um elemento fundamental na organização das atividades laborais e corresponde ao período em que o trabalhador está à disposição da empresa. Ela determina as horas de trabalho, os dias da semana e os turnos de trabalho. No Brasil, são utilizados diversos tipos de escala, que variam conforme a natureza da função e as necessidades operacionais da empresa. No entanto, todas devem respeitar os limites impostos pela legislação vigente, que indica uma jornada de trabalho máxima de 44 horas semanais e de 220 horas mensais, exceto em casos previstos em convenções coletivas ou acordos de trabalho. É importante ressaltar que a escolha do modelo de escala influencia diretamente a produtividade e o bem-estar das pessoas. Exemplo disso são as críticas crescentes que a escala de trabalho 6x1 (correspondente a 6 dias de trabalho e 1 dia de folga, por semana) tem recebido, pelos efeitos que ela promove sobre a saúde, a produtividade e a vida pessoal dos trabalhadores.

ECODEBATE. **Escala de trabalho 6x1 é desumana e ineficiente**. Disponível em: https://www.ecodebate.com.br/. Acesso em: 3 jun. 2025 (adaptado).

TEXTO 2

Dá nova redação ao inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil.

[...]

XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e trinta e seis horas semanais, com jornada de trabalho de quatro dias por semana, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição n. 8 de 2025**. Disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/. Acesso em: 4 set. 2025.

S22192025 - 22_Direito.indb 19 07/10/2025 15:56:51

Esta Emenda à Constituição é um passo importante na construção de um mercado de trabalho mais justo, sustentável e adaptável às rápidas mudanças do século XXI, assegurando que o progresso econômico do Brasil seja alcançado de maneira inclusiva e equitativa, respeitando as necessidades e o bem-estar de sua força de trabalho.

A partir do exposto nos Textos 1 e 2, assinale a opção correta, quanto ao impacto de diferentes escalas de trabalho na vida do trabalhador.

A A escala 4x3, em comparação com as escalas 6x1 e 5x2, possibilita que o trabalhador tenha mais dias de descanso, o que pode aumentar sua motivação e produtividade.

B A escala 6x1, em comparação com as escalas 5x2 e 4x3, gera naturalmente trabalhadores mais produtivos, pois possibilita que as pessoas trabalhem mais dias por semana.

C A escala 6x1, em comparação com as escalas 5x2 e 4x3, garante uma menor rotatividade de trabalhadores nas empresas, o que permite maior segurança e estabilidade de emprego.

D A escala 5x2, em comparação com as escalas 6x1 e 4x3, é mais utilizada nas empresas do País, oferecendo ao trabalhador dias fixos de descanso aos finais de semana, por determinação legal.

Área livre

S22192025 - 22_Direito.indb 20 07/10/2025 15:56:51

QUESTÃO 12

No povo Xakriabá, existem diferentes perfis de conhecedores da tradição. As mulheres são responsáveis pelas roças. Os homens trabalham, mas apenas durante a derrubada. A partir da plantação, toda a responsabilidade é da mulher: plantio, colheita, preparo, cozimento e produção dos alimentos. As mulheres também são responsáveis pela transmissão do conhecimento à família, atuando como guardiãs da biodiversidade e promovendo a circulação de sementes no território, mantendo uma rede de trocas. Os momentos de colheita reúnem as famílias em torno da contação de histórias, interação que contribui para a preservação da língua. O artesanato também é, na maioria das vezes, produzido pelas mulheres, que repassam as técnicas às suas filhas. O período de estudo do barro representa um período em que não existia a presença da instituição escola, mas já havia a educação indígena, transmitida pelo entoar da palavra. As pinturas corporais, que também fazem parte dessa cultura, ao marcarem a identidade no contato entre o corpo e o espírito, foram, por muito tempo, reproduzidas em cerâmicas depositadas na terra. A cerâmica foi, portanto, um elemento muito importante, porque serviu mais tarde como um mostruário das pinturas corporais.

XAKRIABÁ, C. Amansar o giz. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 14, p. 110-117, jul. 2020 (adaptado).

Com base no texto e considerando a relação do povo Xakriabá com o seu território, assinale a opção que apresenta um método ativo de conservação do meio ambiente.

A Registro, em cerâmicas, de técnicas ancestrais de manejo e conservação da terra.

B Retirada de barro para a produção de artesanato que afirme a identidade indígena.

C Contação de histórias no período da colheita, com o intuito de preservar a língua.

D Plantio rotativo em pequenas áreas, facilitado pela biodiversidade das sementes.

S22192025 - 22_Direito.indb 21 07/10/2025 15:56:51

QUESTÃO 13

A implantação do teletrabalho no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) representa um marco significativo na modernização das atividades judiciais e administrativas, alinhando-se às demandas contemporâneas de eficiência, flexibilidade e sustentabilidade ambiental. Essa modalidade de trabalho trouxe oportunidades relevantes, como a redução de custos operacionais, a descentralização das atividades e o aprimoramento da qualidade de vida dos servidores. Além disso, impulsionou a transformação digital da instituição, fortalecendo o uso de ferramentas tecnológicas e promovendo maior celeridade processual.

MACHADO, M.; SANTOS, M. Teletrabalho: desafios, oportunidades e impactos na dinâmica do trabalho contemporâneo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 11, n. 1, jan. 2025 (adaptado).

Considerando as informações do texto, assinale a opção que apresenta uma estratégia que viabilizaria a consolidação do teletrabalho como prática eficiente e sustentável na administração pública.

A Investir continuamente em infraestrutura tecnológica, capacitação dos servidores e suporte técnico, bem como fortalecer as políticas de gestão de pessoas.

B Permitir que os servidores estabeleçam a própria rotina de trabalho, definindo unilateralmente suas metas, seus prazos e os melhores canais de comunicação.

C Realizar reuniões virtuais diárias com toda a equipe, logo após o fim do expediente, com vistas ao acompanhamento e ao monitoramento das atividades realizadas no dia.

D Reforçar os mecanismos de controle do ponto eletrônico com o objetivo de mensurar a efetividade e a produtividade do servidor, além do seu engajamento com as políticas da instituição.

* S 2 2 1 9 2 0 2 5 2 3 *

QUESTÃO 14

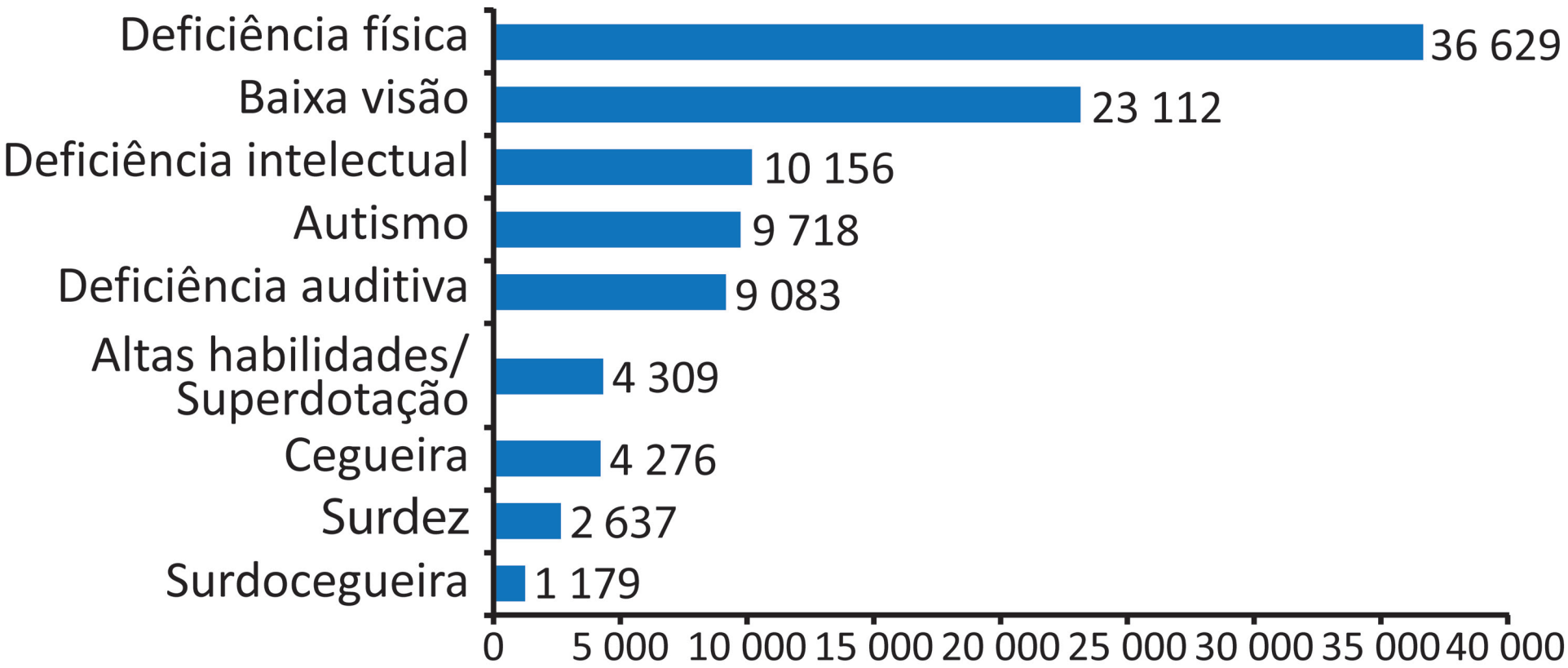
TEXTO 1

Os dados referentes ao censo da educação superior de 2023 retratam o aumento do número de alunos com deficiência matriculados no ensino superior, que apresentou um crescimento de 17% em relação aos dados de 2022, superior à taxa de crescimento do total de alunos matriculados no território brasileiro, equivalente a 5,6% no mesmo período. Embora esse crescimento seja expressivo, em termos de representatividade, a presença de alunos com deficiência é de apenas 0,93% do número do total de matrículas, que em 2023 foi de quase 10 milhões de alunos. Nesse mesmo ano, foram registrados 92 756 alunos com deficiência matriculados no ensino superior. O censo também revelou que 12 651 alunos com deficiência concluíram seus cursos.

Disponível em: https://diariopcd.com.br/2024/11/03/cresce-numero-de-alunos-com- deficiencia-no-ensino-superior/. Acesso em: 15 jun. 2025 (adaptado).

TEXTO 2

Total de matrículas de graduação conforme o tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação declarados – Brasil – 2023



BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2023** [recurso eletrônico]. Disponível em: https://portal.inep.gov.br. Acesso em: 15 jun. 2025 (adaptado).

S22192025 - 22_Direito.indb 23 07/10/2025 15:56:52

Acerca da matrícula de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil, conclui-se, a partir dos Textos 1 e 2, que

A a diversidade de deficiências é adequadamente contemplada nas políticas de ingresso, haja vista a preponderância de deficiências físicas e de baixa visão entre os matriculados no ensino superior.

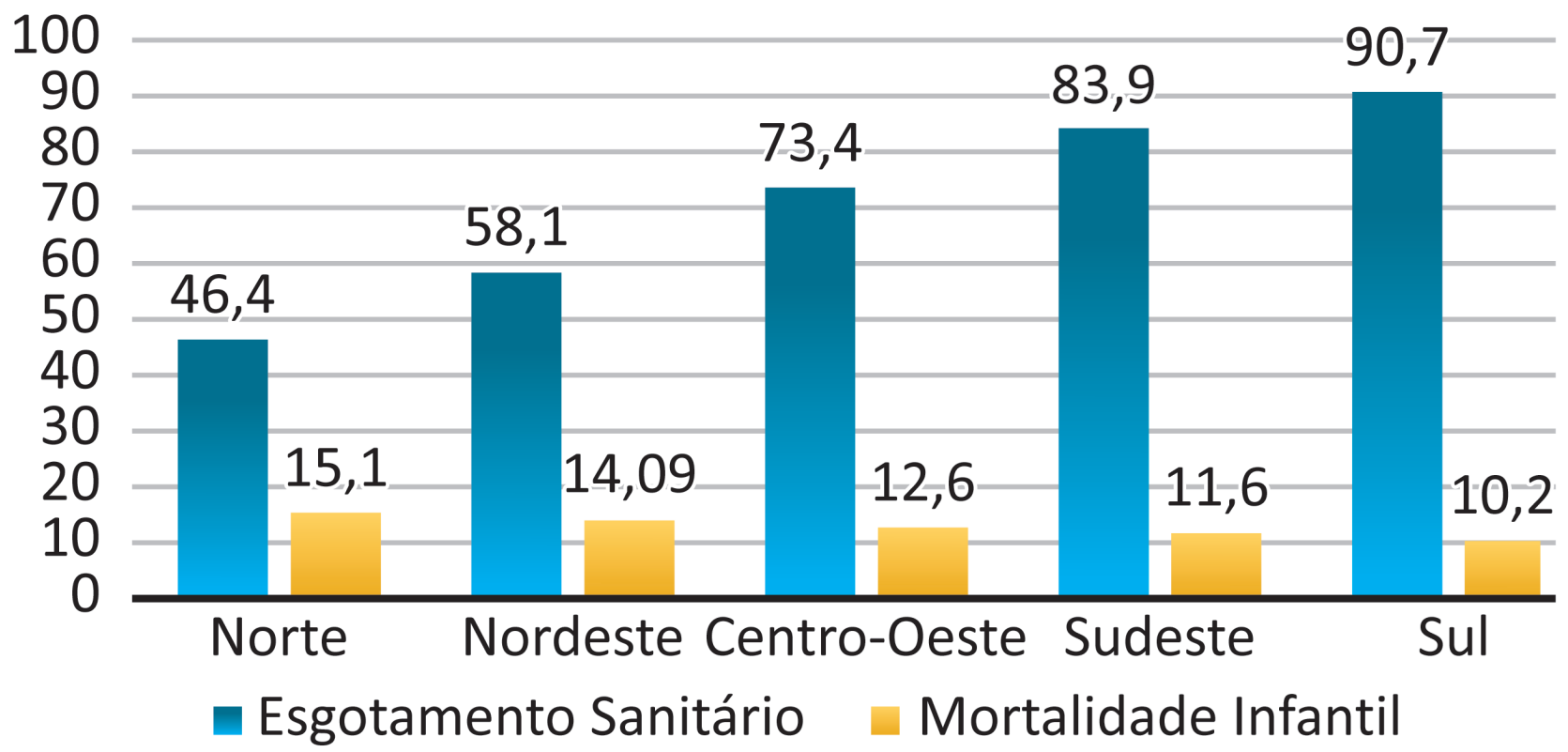
B as barreiras de acesso dessas pessoas ao ensino superior estão superadas, haja vista o aumento percentual de matrículas e os diversos tipos de deficiência declarados pelos alunos matriculados.

C a inclusão dessas pessoas no ensino superior ainda enfrenta desafios, haja vista a disparidade entre o aumento percentual das matrículas de alunos com deficiência e sua baixa representatividade no total de matrículas.

D as políticas de permanência e êxito são eficazes e o baixo percentual de representatividade de alunos com deficiência é um dado inicial que pouco interfere em seu sucesso acadêmico, haja vista o total de pessoas que concluem o curso.

QUESTÃO 15

Domicílios com esgotamento sanitário e taxa de mortalidade infantil por regiões – Brasil – 2022 (%)



IBGE. Dados de Esgotamento Sanitário. **Censo 2022**. Dados de Mortalidade Infantil, Ministério da Saúde/SVS. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2022 (adaptado).

S22192025 - 22_Direito.indb 24 07/10/2025 15:56:53

A melhora da saúde pública, mediante ações preventivas, ainda é um desafio, principalmente em relação ao saneamento, pois a eficiência, a qualidade e a universalidade desse serviço público são fundamentais para a qualidade de vida da população. O saneamento básico é um dos serviços de infraestrutura cuja ausência ou precariedade causa diversos problemas econômicos, ambientais, sociais e de saúde, com significativas perdas materiais e humanas. O saneamento é um serviço vinculado à saúde pública e demanda grandes investimentos, sendo a universalização um dos objetivos a serem alcançados pelo governo.

Disponível em: https://bnb.gov.br/revista/.
Acesso em: 12 de jun. 2025 (adaptado).

Os dados de esgotamento sanitário e de mortalidade infantil apresentados evidenciam

A diferenças expressivas entre as regiões do Brasil, sendo o Nordeste a região com as piores condições de saneamento e taxas mais elevadas de mortalidade infantil.

B predomínio de domicílios sem esgotamento sanitário na região Norte, o que sugere uma relação entre esse índice e a elevada taxa de mortalidade infantil da região.

C inexistência de relação entre saneamento básico e mortalidade infantil na região Sul, pois ela apresenta a maior porcentagem de domicílios com esgotamento sanitário no País.

D necessidade de investimentos em saneamento básico na região Sudeste, que apresenta o maior contingente populacional e, consequentemente, os piores indicadores de mortalidade infantil.

Área livre

S22192025 - 22_Direito.indb 25 07/10/2025 15:56:53

QUESTÃO DISCURSIVA

Durante uma visita da Comissão de Direitos Humanos a determinada penitenciária estadual, constatou-se a ocorrência de uma situação de abuso sexual que envolveu dois detentos do presídio, em que um deles obrigou o outro, mediante ameaça de morte, a realizar ato libidinoso. Foi verificado, ainda, que o agente penitenciário responsável pela ronda nessa ocasião observou os fatos a distância, porém não tomou quaisquer providências para impedir o referido ato, apesar do dever legal de cuidado, proteção e vigilância, e seguiu normalmente com seu turno de trabalho.

Considerando essa situação, faça o que se pede nos itens a seguir.

a) Discorra sobre a possibilidade de responsabilização do Estado pelo dano causado ao detento, indicando a teoria da responsabilidade civil pertinente e, em caso de condenação, aponte o instrumento jurídico a ser utilizado pela Procuradoria do Estado para o ressarcimento ao erário. (valor: 6,0 pontos)

b) Indique, de forma fundamentada, o crime pelo qual o agente penitenciário em questão deve ser responsabilizado. (valor: 4,0 pontos)

Área livre

PNDENADE2025PNDENADE2025PNDENADE2025

QUESTÃO 16

No ano de 2018, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) sofreu importantes alterações e ampliou a análise do ordenamento jurídico e das fontes formais do direito. Essa evolução legislativa reforçou a necessidade de considerar, de forma integrada, vários aspectos na interpretação e na aplicação do direito.

Tendo em vista os preceitos da LINDB, assinale a opção correta acerca da teoria do ordenamento e das fontes normativas no direito brasileiro.

A A jurisprudência é irrelevante para o ordenamento jurídico, pois não apresenta o direito consolidado, sendo a norma legal a única fonte válida.

B O julgador deve aplicar valores abstratos sem considerar os efeitos concretos da decisão, sob pena de comprometer sua condição de imparcialidade.

C O julgador pode, após interpretar, deixar de aplicar a norma vigente, caso entenda que a aplicação desta geraria efeitos sociais ou econômicos indesejáveis.

D A interpretação e a aplicação do direito exigem consideração das consequências práticas da decisão, a busca da segurança jurídica e o respeito à estabilidade das decisões.

Área livre

* S 2 2 1 9 2 0 2 5 2 9 *

QUESTÃO 17

Certo dia, João foi acordado em sua residência, durante a madrugada, por seu amigo Paulo, a quem não via há muito tempo. Agitado e com pressa, Paulo pediu-lhe que guardasse um carro em sua casa por alguns dias. João estranhou o favor solicitado, mas atendeu à solicitação do amigo. Ocorre que o veículo havia sido furtado por Paulo e estava sendo procurado pela polícia. No mesmo dia, o veículo foi encontrado por policiais na residência de João, e este lhes explicou que, apesar de ter estranhado a situação, não sabia que se tratava de um carro furtado. A despeito disso, João foi posteriormente denunciado pelo crime de favorecimento real, assim descrito no Art. 349 do Código Penal: "Prestar a criminoso, fora dos casos de coautoria ou participação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito de crime".

Com base nessa situação, considerando-se que João tenha agido com desconhecimento sobre a subtração do carro, é correto afirmar que ele incorreu em erro de

A proibição, que, se considerado vencível, importará redução em sua pena.

B tipo, que, se considerado invencível, afastará a culpabilidade, isentando-o de pena.

C proibição, que, se considerado invencível, afastará a culpabilidade, isentando-o de pena.

D tipo, que, se considerado vencível, excluirá o dolo, tornando absolutamente atípica a sua conduta.

Área livre

S22192025 - 22_Direito.indb 29 07/10/2025 15:56:53

QUESTÃO 18

Em um país democrático, o Poder Legislativo aprovou uma lei que proibia a entrada de determinados grupos religiosos em edifícios públicos, sob a justificativa de que a permanência desses indivíduos nesses espaços ameaçaria a segurança nacional. A lei foi aprovada em observância ao processo legislativo do país, mas enfrenta desaprovação por parte da sociedade, que a considera discriminatória e imoral.

Considerando-se o caso exposto e os conceitos de validade, fundamento e eficácia, é correto afirmar que essa lei é

A válida, pois foi aprovada em observância ao processo legislativo do país, sendo irrelevante a desaprovação por parte da sociedade.

B inválida, pois, embora aprovada em observância ao processo legislativo do país, deve-se declarar a inconstitucionalidade de normas que contenham teor discriminatório.

C válida, pois foi aprovada em observância ao processo legislativo do país, sendo irrelevante o juízo moral que se possa fazer sobre seu conteúdo, haja vista a separação entre direito e moral.

D inválida, pois, embora aprovada em observância ao processo legislativo do país, normas que contenham teor discriminatório perdem sua eficácia jurídica e, consequentemente, sua validade formal.

Área livre

* S 2 2 1 9 2 0 2 5 3 1 *

QUESTÃO 19

Em decisão recente, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, conhecida como ADPF das Favelas, proposta contra operações policiais realizadas em comunidades do Rio de Janeiro sem controle judicial e com alegações de abuso. O STF decidiu impor limites à atuação policial, estabelecendo, por exemplo, a necessidade de comunicação imediata ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, além de restrições ao uso de helicópteros como plataforma de tiros. No julgamento, afirmou-se que o respeito à vida, à dignidade humana e ao controle das ações estatais em comunidades vulneráveis constitui preceito fundamental e que a atuação estatal deve se submeter a parâmetros constitucionais de legalidade e proporcionalidade, mesmo em ações de segurança pública.

Considerando o texto sobre a posição do STF e a legislação constitucional, assinale a opção correta.

A A ADPF destina-se ao controle de atos normativos, não sendo possível sua aplicação a atos administrativos de natureza concreta.

B O STF, ao julgar a admissibilidade de uma ADPF, deve demonstrar que não há outro meio eficaz para sanar a lesão ao preceito fundamental.

C A ADPF é instrumento voltado ao controle de normas editadas antes da Constituição Federal de 1988, sendo vedado seu uso para o controle de normas posteriores.

D O STF, ao julgar uma ADPF, não pode interferir diretamente em ações do Poder Executivo, sob pena de comprometer a autonomia administrativa garantida pelo princípio da separação dos Poderes.

Área livre

S22192025 - 22_Direito.indb 31 07/10/2025 15:56:53

QUESTÃO 20

O Brasil tem adotado políticas públicas de incentivo à participação de mulheres em áreas historicamente masculinas, como ciência, política e tecnologia. Um exemplo é a reserva de percentual de bolsas acadêmicas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para pesquisadoras com filhos, haja vista a importância da economia do cuidado; e outro é a previsão legal de financiamento proporcional de campanhas eleitorais femininas pelos partidos. Essas ações afirmativas têm gerado debates jurídicos: para alguns, promovem justiça material ao corrigir desigualdades estruturais baseadas em gênero; para outros, essas medidas criam privilégios inconstitucionais e violam o princípio da igualdade formal. A discussão envolve diferentes concepções de justiça e exige a análise de seus impactos sociais e jurídicos.

Considerando o texto e as implicações jurídicas de ações afirmativas voltadas a mulheres no contexto brasileiro, assinale a opção correta.

A Ações afirmativas para mulheres, embora bem-intencionadas, dificultam o alcance da igualdade material, por reforçarem estereótipos de gênero.

B Ações afirmativas com base em gênero são medidas compensatórias válidas quando têm por finalidade eliminar obstáculos sistêmicos e garantir igualdade de acesso a oportunidades.

C Ações afirmativas para mulheres são inadequadas porque introduzem distinções legais entre os sexos que ameaçam a imparcialidade do Estado e geram efeitos discriminatórios reversos.

D Ações afirmativas com base em gênero são medidas compensatórias válidas, embora não haja eficácia em eliminar obstáculos históricos e efetivamente permitir o devido acesso a oportunidades.

S22192025 - 22_Direito.indb 32 07/10/2025 15:56:53

* S 2 2 1 9 2 0 2 5 3 3 *

QUESTÃO 21

Um servidor público federal foi removido de ofício para outro órgão, da mesma administração, sob a justificativa de necessidade do serviço. No entanto, ele posteriormente verificou, em documentos internos, que a real motivação da remoção foi afastá-lo de sua atuação em processos disciplinares contra gestores da unidade. Inconformado, o servidor impetrou mandado de segurança, alegando desvio de finalidade.

Tendo em vista o caso apresentado e as normas que regem o controle judicial dos atos administrativos, assinale a opção correta.

A O Poder Judiciário poderá revogar o ato da administração pública se considerá-lo inconveniente, ainda que não haja ilegalidade.

B A remoção é ato discricionário, motivo pelo qual sua motivação ou sua finalidade não poderão ser apreciadas pelo Poder Judiciário.

C O Poder Judiciário deverá anular o ato caso seja constatado vício no elemento finalidade, ainda que se trate de ato discricionário.

D A administração pública tem liberdade para definir a conveniência do afastamento do servidor, por isso o ato administrativo deve ser considerado válido.

Área livre

S22192025 - 22_Direito.indb 33 07/10/2025 15:56:53

QUESTÃO 22

Determinada menina nascida na França é filha de um pai brasileiro e de uma mãe francesa. A família residia na França até os pais se separarem, ocasião em que a mãe ficou com a guarda da criança. Depois disso, quando completou 10 anos de idade, a criança foi levada para o Brasil por sua mãe, sem o consentimento do pai. A mãe da menina alegava que ela estaria sofrendo uma forte pressão psicológica por parte do pai, o qual não aceitava a separação. Diante disso, o pai da criança, que permanecia na França, alegou, perante a justiça francesa, que sua filha havia sido vítima de sequestro internacional e, com base na Convenção de Haia (1980), que trata dos aspectos civis da subtração internacional de crianças, pleiteou o retorno imediato da criança à França. Essa convenção tem o Brasil e a França como países signatários e estabelece, entre outros elementos, os procedimentos para o retorno de crianças que foram removidas ou mantidas indevidamente fora de seu país de origem.

Considerando essa situação, assinale a opção correta, com base no direito internacional e no ordenamento jurídico brasileiro.

A O retorno da criança para a França deve ser feito automaticamente, independentemente do tempo que transcorreu desde sua mudança para o Brasil, conforme as regras contidas na Convenção de Haia.

B O Brasil está desobrigado de aplicar o disposto na Convenção de Haia, pois a criança é nacional brasileira e se encontra sob a guarda de sua mãe, o que prevalece sobre as regras estabelecidas em tratados internacionais.

C O pedido realizado pelo pai poderá ser indeferido pela autoridade judicial brasileira caso seja comprovado grave risco de que o retorno à França exporá a criança a danos físicos ou psíquicos ou a situação intolerável, conforme as disposições da Convenção de Haia.

D O caso configura sequestro internacional de criança, pois a mãe não tinha autorização para realizar o translado da menina, por isso o retorno desta à França, de acordo com a Convenção de Haia, deve seguir os procedimentos estabelecidos na lei do Brasil, domicílio atual da criança.

* S 2 2 1 9 2 0 2 5 3 5 *

QUESTÃO 23

Uma cliente encomendou um bolo de casamento a uma famosa confeiteira de sua cidade. Toda a negociação entre as duas se deu por aplicativo de conversas. Foram estabelecidos o formato e o sabor do bolo, o valor do serviço, o momento do pagamento (que seria realizado no ato de entrega) e o local da entrega, condições com as quais as duas concordaram. No dia combinado entre elas, a cliente informou à confeiteira que estava a caminho para buscar o produto; entretanto, a confeiteira havia se esquecido da encomenda e, diante da cobrança da cliente, respondeu que não tinha obrigação de fazer o bolo, por não ter assinado qualquer tipo de contrato.

Considerando o caso apresentado e a validade dos contratos e obrigações firmados em aplicativos de conversa, assinale a opção correta.

A O contrato por meio eletrônico obriga a guarda, por no mínimo seis meses, de eventuais conversas e mensagens que comprovem sua formação.

B O contrato por meio eletrônico possui os mesmos requisitos do contrato analógico, envolvendo a capacidade das partes de contratar, objeto lícito e forma adequada, além da manifestação inequívoca da vontade.

C O contrato por meio eletrônico, por sua natureza digital, pode ser utilizado para negócios diversos, pois amplia a capacidade do agente, em ambiente físico, desde que não envolvam nenhum tipo de risco jurídico.

D O contrato por meio eletrônico não pode ser considerado válido nesse caso, porque os requisitos formais para a celebração de um contrato não foram atendidos, apesar da demonstração de interesse da contratante na compra.

Área livre

S22192025 - 22_Direito.indb 35 07/10/2025 15:56:53

QUESTÃO 24

Uma sociedade empresarial do ramo de engenharia celebrou contratos administrativos com determinado município para a execução de obras públicas. Posteriormente, o Ministério Público (MP) instaurou investigação ao constatar que a sociedade empresarial havia participado de um conluio com agentes públicos para fraudar o caráter competitivo da licitação, mediante o pagamento de vantagens indevidas, além de superfaturamento nos contratos firmados. Após o ajuizamento da ação civil pública com base na Lei n. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a defesa da sociedade empresarial alegou a impossibilidade de responsabilização da pessoa jurídica por atos de improbidade, sustentando que tal sanção seria exclusiva de pessoas físicas. Diante disso, a procuradora do município deve organizar a estratégia jurídico-processual adequada à defesa do interesse público.

Haja vista o ordenamento jurídico brasileiro, a estratégia jurídica adequada, a ser adotada pela procuradora nesse caso, consiste em

A defender que a sociedade empresarial pode ser responsabilizada civil e administrativamente, desde que seja demonstrado seu envolvimento doloso no ato ímprobo, sendo possível a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

B argumentar que a sociedade empresarial deve responder na esfera penal, alegando que a Lei de Improbidade Administrativa se aplica exclusivamente a agentes públicos, sem alcançar entes privados, como no caso da referida sociedade empresarial.

C argumentar que a responsabilidade da pessoa jurídica, mesmo de natureza privada, é objetiva, de acordo com alteração realizada na Lei de Improbidade Administrativa pela Lei n. 14.230/2021, sendo, portanto, suficiente a demonstração do dano ao erário.

D defender a extinção do processo em relação à sociedade empresarial, alegando ausência de previsão constitucional para responsabilização de pessoas jurídicas por improbidade administrativa, e acionar o MP para instaurar processo administrativo, a fim de apurar a conduta dos agentes públicos.

S22192025 - 22_Direito.indb 36 07/10/2025 15:56:53

* S 2 2 1 9 2 0 2 5 3 7 *

QUESTÃO 25

Certo homem, após travar uma discussão acalorada com sua companheira, foi denunciado pelo Ministério Público (MP) pelo crime de lesão corporal leve, tipificado no âmbito da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), configurando-se violência doméstica e familiar. Tendo em vista o disposto na Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime), o MP propôs a celebração de um acordo de não persecução penal (ANPP), visando à aplicação de medidas alternativas à persecução penal tradicional, como prestação de serviços à comunidade e reparação do dano.

Considerando-se essa situação, bem como a legislação vigente e o entendimento jurisprudencial sobre o tema, é correto afirmar que o ANPP nesse caso

A é vedado, em razão do interesse público e da proteção especial à mulher em caso de crime de violência doméstica e familiar sujeito à Lei Maria da Penha.

B pode ser firmado, desde que haja anuência expressa da vítima e do MP, por se tratar de exceção prevista na Lei Maria da Penha em caso de crime de violência doméstica e familiar.

C pode ser firmado, desde que o acusado aceite as condições propostas, por se tratar de crime de lesão corporal leve, ainda que envolva violência doméstica e familiar contra a mulher.

D é vedado, a menos que as lesões corporais sejam de natureza leve e haja anuência expressa da vítima, por se tratar de hipótese prevista em lei quanto a casos de violência doméstica contra a mulher.

Área livre

S22192025 - 22_Direito.indb 37

07/10/2025 15:56:53

QUESTÃO 26

Existe no Brasil uma diversidade de religiões de matriz africana, as quais mantêm vivos seus valores, suas culturas e suas crenças. A Constituição Federal de 1988, no inciso VI do artigo 5º, assegura a todos o direito de professar suas crenças, sendo garantido o livre exercício dos cultos religiosos. Nesse contexto, assegura-se a liberdade para que sejam escritas e difundidas as publicações relacionadas a essas manifestações religiosas, observando-se os demais direitos inerentes a elas, como os referentes aos dias de descanso e aos dias de celebração de suas cerimônias religiosas e festividades.

Considerando o disposto no texto e o que se refere ao ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

A A celebração de cultos em religiões de matriz africana depende de autorização do Estado, devendo o funcionamento dessas religiões ser regulamentado por legislação específica.

B A liberdade de crença pressupõe a tolerância religiosa, o que inclui o direito à celebração de festividades e cultos coletivos e a inviolabilidade dos locais de culto das religiões de matriz africana.

C O sistema constitucional brasileiro assegura o direito de se professar a fé individualmente, sendo o culto coletivo uma prerrogativa restrita a religiões com estatuto jurídico reconhecido nacionalmente.

D O sistema constitucional vigente no Brasil assegura a proteção à liberdade de crença e de culto às religiões professadas no território nacional, atribuindo à assembleia legislativa estadual a competência sobre matéria relativa à concessão de imunidade tributária às instituições religiosas.

* S 2 2 1 9 2 0 2 5 3 9 *

QUESTÃO 27

Joana e seu companheiro Pedro residiram juntos por mais de 12 anos em um imóvel urbano localizado na periferia da cidade. Durante esse período, construíram uma casa de alvenaria, instalaram água e energia elétrica, pagaram tributos e realizaram diversas melhorias no imóvel, cuja área total não ultrapassa 250 m^2. O imóvel foi adquirido por Pedro durante a união estável e está registrado exclusivamente em seu nome. Há pouco mais de dois anos, Pedro abandonou o lar e, desde então, Joana permanece no local com seus filhos menores, arcando sozinha com as despesas da residência. Nenhum dos dois possui outro imóvel registrado em seu nome.

Considerando-se as modalidades de usucapião previstas no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar que se aplica a essa situação a modalidade de usucapião

A especial urbana, que exige posse ininterrupta, pacífica e com ânimo de dono, por período mínimo de dez anos, em imóvel urbano utilizado para moradia própria.

B extraordinária, pois Joana exerce posse contínua por mais de dez anos em imóvel urbano utilizado para moradia própria, porém o reconhecimento depende de prévia partilha do bem.

C ordinária, pois há indícios de justo título e boa-fé, porém, como Joana e Pedro eram companheiros, é necessário aguardar a dissolução formal da união estável para que Joana possa requerer a propriedade do imóvel.

D familiar, pois, após o abandono do lar por um dos companheiros, o outro permaneceu na posse exclusiva do imóvel por mais de dois anos, utilizando-o como residência própria e de sua família, sem possuir outro bem imóvel.

S22192025 - 22_Direito.indb 39 07/10/2025 15:56:53

QUESTÃO 28

Os direitos da natureza surgem como um novo paradigma ético-jurídico baseado na cosmovisão ancestral indígena que reconhece tal interdependência entre todos os seres, humanos e não humanos. O Equador foi o primeiro país a inserir tais direitos em sua Constituição, em 2008, seguido da Bolívia, em 2010. Bonito, em Pernambuco, foi o primeiro município a fazê-lo, e Florianópolis, em 2019, foi a primeira capital. Os direitos intrínsecos de dois rios brasileiros também foram reconhecidos: Rio Laje, em Rondônia (Rio Komin emem), e o Rio Mosquito, em Minas Gerais. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já reconheceu os direitos da natureza por meio do julgamento de Recurso Especial 1.797.175/SP, ocasião em que reconheceu a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana, além de atribuir dignidade e direitos aos animais não humanos e à natureza.

Considerando a percepção exposta no texto, a possibilidade de reconhecer entes da natureza como sujeitos de direito representa uma

A ruptura com a tradição antropocêntrica do direito moderno, influenciada por sistemas jurídicos plurais que incluem cosmovisões indígenas e constituições ecológicas.

B inovação do direito estatal positivado dos sistemas jurídicos ocidentais, que rompe com o princípio da legalidade ao atribuir personalidade jurídica a entes não humanos.

C construção teórica de difícil compatibilização com os princípios do pluralismo jurídico, uma vez que este pressupõe a primazia do Estado como produtor de normas válidas.

D iniciativa que depende da positivação legal para produzir efeitos, pois a natureza não pode exercer deveres e, portanto, não pode ser titular de direitos, sendo necessário que a lei os explicite, caso os conceda.

S22192025 - 22_Direito.indb 40 07/10/2025 15:56:53

* S 2 2 1 9 2 0 2 5 4 1 *

QUESTÃO 29

As reivindicações dos povos indígenas pelo respeito à sua cultura e pela preservação desta vêm sendo ampliadas no Brasil nos últimos anos. A Constituição Federal de 1988 (CF) avançou muito com relação a essa temática, assegurando aos povos indígenas a manutenção de suas terras, o direito à saúde e à educação, o respeito à utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, além da proteção às suas manifestações culturais e religiosas.

Tendo em vista o exposto e o ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

A Os povos indígenas, no sistema jurídico brasileiro, possuem autonomia limitada para decidir sobre a gestão de seus territórios, recursos e culturas, sendo necessário criar uma legislação própria que regulamente essa gestão, por se tratar de povos originários.

B O regime de propriedade privada, previsto no Código Civil brasileiro, admite somente a posse individual de parcela das terras indígenas, não sendo possível aplicar o princípio da função social da terra, uma vez que elas são usufruídas pelo Estado em benefício da sociedade brasileira.

C A afirmação dos direitos e das culturas dos povos indígenas, na ordem jurídica nacional, é matéria que diz respeito à União, cabendo privativamente à justiça federal a competência para o processamento e o julgamento dos conflitos relacionados à violação dos direitos desses povos.

D Os povos indígenas, por fazerem parte da população brasileira, devem ter suas tradições submetidas à legislação nacional, especialmente no que diz respeito à aplicação das leis civis e penais, pois a CF não admite tratamento diferenciado para integrantes da população nacional.

S22192025 - 22_Direito.indb 41 07/10/2025 15:56:53

QUESTÃO 30

Uma mulher enviou diversas mensagens, em um aplicativo de conversas, ao seu avô, de 68 anos de idade, objetivando enganá-lo. Nas conversas trocadas com o idoso, ela se passava por uma funcionária do banco em que ele possuía conta para receber sua aposentadoria. As mensagens continham informações sobre débitos e empréstimos que a vítima tinha em aberto, bem como informações estritamente pessoais do idoso, o que conferia credibilidade ao seu conteúdo. Em uma das mensagens enviadas por ela, exigia-se que o idoso realizasse, com urgência, o pagamento de quantias mediante a leitura de vários códigos de barras, sob o argumento de que se tratava do pagamento das dívidas em atraso que recairiam sobre seu patrimônio caso não fossem pagas. Os códigos de barra, na verdade, eram referentes a compras realizadas pela mulher em diversos sítios eletrônicos, mas o idoso não sabia disso. Desesperado, ele a procurou para pedir auxílio, pois ela era a responsável, habitualmente, por lidar com suas finanças.

A partir do ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar que, nessa situação, foi praticado contra o idoso o crime de

A furto mediante fraude, permitindo-se a aplicação da escusa absolutória, visto que não houve violência ou grave ameaça.

B estelionato eletrônico, não sendo aplicável a escusa absolutória, por óbice etário previsto expressamente na legislação penal brasileira.

C estelionato eletrônico, sendo cabível a escusa absolutória, dado o grau de parentesco entre a autora do fato e a vítima, o que evita a aplicação de uma sanção penal.

D apropriação indébita previdenciária, e, mesmo que a autora devolva à vítima o valor subtraído, isso não fará jus à escusa absolutória, que impede a aplicação da pena prevista para o crime.

* S 2 2 1 9 2 0 2 5 4 3 *

QUESTÃO 31

Uma mulher e sua filha estavam tirando fotos em um parque de diversões quando foram abordadas por um homem desconhecido, que passou a ofendê-las por acreditar que elas não haviam respeitado a fila de ingresso em um dos brinquedos. As ofensas faziam referência à cor preta de suas peles, a características de seus cabelos e a outros traços fenotípicos.

Com base nas alterações normativas introduzidas no Código Penal e na Lei n. 7.716/1989, que disciplina os crimes de preconceito, é correto afirmar que a conduta do referido homem configura crime

A de injúria racial, infração penal imprescritível, processada por meio de ação penal pública incondicionada à representação.

B de injúria racial, infração penal prescritível, processada por meio de ação penal pública incondicionada à representação.

C contra a honra qualificado pelo teor racista, infração penal imprescritível, processada por meio de ação penal pública incondicionada à representação.

D contra a honra qualificado pelo teor racista, infração penal prescritível, processada por meio de ação penal pública condicionada à representação.

Área livre

S22192025 - 22_Direito.indb 43 07/10/2025 15:56:53

QUESTÃO 32

A Constituição Federal de 1988 (CF) estabelece uma diversidade de espécies normativas, com processos legislativos específicos, a depender da natureza da matéria. Nesse contexto, após a elaboração de um projeto orçamentário, o Poder Executivo de um estado-membro da Federação o encaminhou para votação na respectiva assembleia legislativa.

No que se refere às espécies normativas previstas na CF, é correto afirmar que esse projeto deve ser aprovado via

A lei complementar, obedecendo-se ao quórum de maioria absoluta para aprovação.

B lei ordinária, visto que a matéria é relativa ao orçamento, obedecendo-se ao quórum de maioria simples para aprovação.

C decreto, dada a urgência e relevância da matéria, tendo a assembleia legislativa do estado-membro competência para editar esse tipo de norma.

D resolução do Poder Legislativo, uma vez que questões relativas ao orçamento dispensam sanção do governador do estado-membro, em razão de sua urgência e necessidade de aplicação imediata.

Área livre

QUESTÃO 33

Determinada família possui um patrimônio considerável, composto por imóveis, quotas de empresas e aplicações financeiras. Preocupados com a sucessão e com os custos tributários decorrentes da transmissão patrimonial futura, os membros da família procuraram uma advogada tributarista. Diante da situação, a advogada propôs a constituição de uma **holding** familiar para concentrar os bens e organizar a sucessão por meio de doação com reserva de usufruto e cláusulas restritivas (inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade). Todavia, a família quis entender os possíveis efeitos tributários decorrentes dessa operação, a fim de verificar se o planejamento seria realmente vantajoso.

A partir desse caso, tendo em vista os aspectos legais e estratégicos pertinentes à constituição de **holding** familiar e o que se refere à incidência do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) no âmbito do direito tributário, assinale a opção correta.

A A doação de quotas de **holding** familiar com reserva de usufruto dos bens imóveis obsta a incidência do ITCMD, visto que, nesse caso, inexiste transferência plena da propriedade.

B O fato de se constituir **holding** familiar impede a cobrança de ITCMD, pois os bens passam a integrar a pessoa jurídica, deixando de ser transmitidos diretamente aos herdeiros.

C A alíquota é definida por legislação estadual, podendo incidir no momento da doação da nua-propriedade das quotas, ainda que com reserva de usufruto.

D A morte do instituidor de **holding familiar** gera a incidência de ITCMD, ainda que os bens permaneçam em nome da pessoa jurídica.

Área livre

S22192025 - 22_Direito.indb 45 07/10/2025 15:56:53

QUESTÃO 34

Determinada executiva que trabalhava em uma multinacional possuía remuneração mensal superior a R$ 16 314,82, valor este que corresponde ao dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Ao firmar seu contrato de trabalho, ela anuiu a uma cláusula compromissória que previa que eventuais conflitos decorrentes da relação empregatícia seriam resolvidos por arbitragem, conforme a Lei n. 9.307/1996 (Lei de Arbitragem), com redação dada pela Lei n. 13.467/2017 (Reforma Trabalhista). Após a rescisão contratual, contudo, surgiu uma controvérsia quanto ao pagamento de verbas rescisórias e bônus por produtividade. A multinacional pretende instaurar procedimento arbitral, mas a empregada questiona a validade da cláusula arbitral, alegando violação aos princípios protetivos do direito do trabalho.

Considerando o ordenamento jurídico brasileiro e os princípios aplicáveis à arbitragem e à tutela trabalhista, assinale a opção correta.

A A cláusula compromissória de arbitragem é inválida nos contratos de trabalho, mesmo com anuência expressa do empregado, por se tratar de matéria de ordem pública.

B A arbitragem é permitida em relações de trabalho que envolvam direitos disponíveis, sendo válida a cláusula compromissória se houver manifestação expressa e voluntária do empregado.

C A arbitragem é admissível em relações de trabalho, desde que envolva empregado com diploma de nível superior e salário superior a duas vezes o teto do INSS, independentemente do conteúdo da controvérsia.

D A utilização da arbitragem nas relações de trabalho é válida apenas após o surgimento do conflito, vedando-se cláusulas compromissórias no contrato de trabalho, mesmo quando firmadas por trabalhadores hipersuficientes.

* S 2 2 1 9 2 0 2 5 4 7 *

QUESTÃO 35

Uma sociedade empresarial de comércio eletrônico foi alvo de uma ação civil pública proposta por uma entidade de defesa do consumidor, após o vazamento de dados pessoais sensíveis de milhares de clientes cadastrados na plataforma. Os dados vazados incluíam informações como nome, CPF, endereço, número de cartão de crédito e histórico de compras. A entidade alegou violação dos direitos dos consumidores e pediu, além da indenização coletiva, medidas preventivas para evitar novos vazamentos.

Tendo em vista essa situação e o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e no Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a opção correta.

A A LGPD restringe a responsabilização da sociedade empresarial aos casos em que ficar comprovada a intenção de causar dano, sendo necessário demonstrar a existência de dolo para a reparação coletiva ser cabível.

B A atuação da entidade de defesa do consumidor por meio de ação civil pública é inadequada nesse caso, uma vez que a legislação exige tratamento individualizado para pedidos de indenização decorrentes de vazamentos.

C A ação civil pública ajuizada pela entidade de defesa do consumidor é cabível e fundamenta-se na responsabilidade objetiva da sociedade empresarial, podendo resultar na imposição de medidas reparatórias e preventivas.

D A responsabilização coletiva é admitida por meio de ação civil pública se os consumidores demonstrarem prejuízo financeiro direto, o que limita a atuação de entidades em ações coletivas, mesmo havendo violação de dados pessoais.

Área livre

S22192025 - 22_Direito.indb 47 07/10/2025 15:56:53

QUESTÃO 36

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) determinou, em março de 2025, que o Estado brasileiro é responsável por violações dos direitos humanos ocorridas em 171 comunidades quilombolas, localizadas no município de Alcântara (MA), em um processo de desapropriação de terrenos na década de 1980. A CIDH constatou que o Estado violou os direitos à propriedade coletiva e à livre circulação e residência por: (i) não cumprir sua obrigação de delimitar, demarcar, titular e desintruir o território das comunidades quilombolas de Alcântara; (ii) conceder títulos individuais de propriedade em vez de reconhecer a propriedade coletiva em favor da comunidade; e (iii) não cumprir seu dever de garantir o pleno uso e gozo do território coletivo por parte das comunidades. A CIDH também declarou a responsabilidade do Estado por não cumprir sua obrigação de realizar uma consulta livre, prévia e informada às comunidades sobre medidas que iriam impactá-las.

Disponível em: https:// www.gov.br/mdh/pt-br/. Acesso em: 12 jul. 2025 (adaptado).

Considerando o exposto, assinale a opção correta a respeito dos efeitos da aplicação da referida decisão da CIDH no Brasil.

A A decisão da CIDH representa a responsabilização internacional do país por violação dos direitos humanos, com efeitos legais obrigatórios no plano interno.

B A decisão da CIDH obriga o país a modificar, independentemente de processo legislativo, sua legislação interna, para garantir a proteção das comunidades quilombolas.

C A decisão da CIDH expõe indevidamente o país no plano jurídico internacional, afetando a soberania do Estado brasileiro não signatário de convenções internacionais dessa natureza.

D A decisão da CIDH extrapolou seu papel, uma vez que se trata de uma instância consultiva, sem caráter vinculante aos Estados-Membros, tornando nula a condenação do Brasil perante a corte internacional.

QUESTÃO 37

Celina é servidora pública efetiva do município de Anápolis, em Goiás, desde 2007, exercendo cargo de nível superior vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) municipal. Ao longo de sua carreira, sempre exerceu funções públicas com dedicação exclusiva, sem interrupções relevantes em sua contribuição. Seu marido, Antônio, trabalha com carteira assinada desde 2005 em uma empresa privada do ramo logístico, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Recentemente, ambos procuraram orientação jurídica especializada para compreender os impactos da Reforma da Previdência (Emenda Constitucional n. 103/2019) sobre sua futura aposentadoria.

Considerando essa situação, bem como os princípios e as normas aplicáveis aos regimes previdenciários no Brasil, assinale a opção correta.

A As regras estabelecidas para os regimes de Celina e Antônio permitem a acumulação de proventos com vencimentos de cargo efetivo, tanto se ela vier a exercer outro cargo público quanto se ele ingressar no serviço público.

B As regras estabelecidas para o regime que abrange Antônio são unificadas e estabelecidas pela legislação federal, ao passo que, no caso do regime atinente a Celina, é possível a incidência de normas específicas estabelecidas por leis locais.

C A carência, as regras de cálculo e a idade mínima para aposentadoria do regime de Celina são as mesmas do regime de Antônio, pois ambos estão submetidos às normas da legislação previdenciária federal e integram o mesmo sistema previdenciário nacional.

D A filiação ao regime do qual Celina faz parte é facultativa, enquanto a filiação ao regime de Antônio é obrigatória para servidores públicos, podendo ele migrar para o regime de Celina para aproveitar os benefícios de seu tempo de contribuição, se vier a exercer cargo público.

S22192025 - 22_Direito.indb 49 07/10/2025 15:56:54

QUESTÃO 38

Um cidadão brasileiro foi contratado por uma sociedade empresarial francesa, responsável pela fabricação de peças para aeronaves, para exercer seu trabalho no Brasil. Após um ano de trabalho, ele tomou conhecimento da existência de um programa de bolsas fornecido pelo empregador aos funcionários e candidatou-se a uma vaga. No entanto, sua candidatura foi negada, sob a justificativa de que ele não era cidadão francês e que o referido benefício era exclusivo para trabalhadores dessa nacionalidade, apesar de cumprir todos os outros requisitos formais do programa.

Considerando-se o caso apresentado, é correto afirmar que a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal tem

A estabelecido que as normas definidoras dos direitos fundamentais dotadas de aplicação imediata se limitam aos direitos e às garantias individuais, sem alcançar os direitos trabalhistas.

B acatado a teoria da verticalidade dos direitos fundamentais, podendo o empregador estabelecer tratamentos diferenciados entre os trabalhadores em razão da nacionalidade.

C adotado a teoria da horizontalidade dos direitos fundamentais para pessoas físicas e pessoas jurídicas; assim, em virtude do princípio da igualdade, a discriminação realizada pelo empregador é ilícita.

D aceitado a teoria da horizontalidade dos direitos fundamentais para pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público; assim, admite-se que o empregador faça livremente distinção entre os empregados.

Área livre

* S 2 2 1 9 2 0 2 5 5 1 *

QUESTÃO 39

Quando o regime de bens estabelecido na data de um casamento não atender mais aos interesses dos cônjuges, estes poderão fazer sua alteração para adequá-lo às suas necessidades. No caso da união estável, também é possível fazer a alteração desse regime.

À luz da legislação civil vigente acerca desse assunto, é correto afirmar que a alteração do regime de bens

A é possível, tanto no casamento quanto na união estável, mediante requerimento conjunto das partes, desde que observados os direitos de terceiros, sendo admitida, em ambos os casos, a formalização extrajudicial quando houver consenso e inexistirem impedimentos legais.

B exige, no caso do casamento, que o pedido seja justificado e feito por ambos os cônjuges, preservados os direitos de terceiros, ao passo que, no caso da união estável, é suficiente a realização de pedido justificado por apenas um dos companheiros, ressalvando-se os direitos de terceiros.

C requer, tanto no caso do casamento quanto no da união estável, autorização judicial por meio da realização de pedido justificado por ambos os cônjuges ou companheiros, sendo necessário verificar a motivação apresentada e preservar os direitos de terceiros, o que está previsto no Código Civil.

D deve ser feita judicialmente no caso do casamento, mas, na união estável, é admitida diretamente perante o registro civil das pessoas naturais, desde que o requerimento tenha sido formalizado pelos companheiros pessoalmente perante o registrador ou mediante procuração por instrumento público, ressalvando-se os direitos de terceiros.

S22192025 - 22_Direito.indb 51 07/10/2025 15:56:54

QUESTÃO 40

Nos últimos anos, a crescente modalidade de prestação de serviços de transporte e de entrega por meio de aplicativos tem gerado intensos debates jurídicos sobre a natureza da relação entre os trabalhadores e as plataformas digitais. Em decisões distintas, tribunais brasileiros reconheceram ora a existência de vínculo empregatício, ora a autonomia contratual dos prestadores de serviço.

Considerando a adoção da tese de vínculo empregatício nesse debate jurídico, assinale a opção correta.

A A existência de vínculo empregatício implica a exclusividade de prestação de serviços à plataforma, o que veda a atuação do trabalhador em outras empresas.

B A configuração do vínculo empregatício depende da existência de acordo prévio, entre o trabalhador e a plataforma, sobre o horário de cumprimento da jornada de trabalho.

C O reconhecimento de vínculo empregatício pressupõe formas de controle, diretas ou indiretas, sobre o prestador de serviço, independentemente do local de realização da atividade.

D O reconhecimento de vínculo empregatício depende da contribuição do trabalhador como microempreendedor individual (MEI), a fim de se garantir a regularidade da relação contratual.

Área livre

QUESTÃO 41

Quase 84 milhões de processos em tramitação, distribuídos por 91 tribunais (mais de 80% na justiça estadual), passam pelas mãos de 18 mil juízes e 275 mil servidores brasileiros para serem solucionados. Trata-se de um índice de judicialização que não para de crescer e que chegou, em 2023, a 35 milhões de novos casos, o que representa um aumento de quase 9,5% em relação ao ano anterior.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em Números 2024**: Barroso destaca aumento de 9,5% em novos processos. 28 maio 2024. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/justica-em-numeros-2024-barroso-destaca-aumento-de-95-em-novos-processos/. Acesso em: 25 maio 2025 (adaptado).

Na tentativa de racionalizar a prestação jurisdicional, o Código de Processo Civil de 2015 instituiu o incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) como técnica de julgamento para assegurar a isonomia e a segurança jurídica, o qual pode ser aplicado a centenas de processos que discutem a mesma controvérsia jurídica.

A respeito desse assunto, assinale a opção correta, com base no ordenamento jurídico brasileiro.

A Decisão proferida no IRDR tem força persuasiva, por isso não vincula os órgãos jurisdicionais do tribunal, nem o juízo de primeiro grau, em razão do princípio da independência funcional dos magistrados.

B Tese firmada no IRDR possui eficácia vinculante interna no tribunal que a proferiu, não se estendendo aos juízos de primeiro grau, salvo se houver expressa decisão nesse sentido no acórdão que julga o incidente.

C Teor decisório obtido no julgamento do IRDR afeta os processos em tramitação no tribunal em que o incidente foi decidido, sem apresentar eficácia vinculante sobre futuros processos ou sobre outros órgãos jurisdicionais, em observância ao princípio do livre convencimento motivado dos magistrados.

D Julgamento do IRDR gera precedente obrigatório no âmbito do respectivo tribunal, estendendo-se aos órgãos de primeiro grau e aos juizados especiais, sendo possível seu afastamento mediante decisão que contenha fundamentação robusta que demonstre sua inconstitucionalidade, distinção ou superação.

S22192025 - 22_Direito.indb 53 07/10/2025 15:56:54

QUESTÃO 42

Um funcionário trabalha em uma sociedade empresarial há vinte anos, tendo exercido sempre o cargo de gerente geral. Entretanto, essa sociedade tem intensificado dinâmicas de trabalho caracterizadas por alta competitividade, metas agressivas de desempenho, redução de garantias trabalhistas e individualização dos riscos. Por essa razão, nos últimos cinco anos, o funcionário tem recebido cada vez mais funções e metas, além de vir apresentando sintomas de exaustão extrema, ansiedade generalizada, insônia, irritabilidade e perda de interesse pelas atividades diárias, o que o levou a ser diagnosticado com síndrome de **burnout**.

Considerando essa situação e a legislação trabalhista e previdenciária, assinale a opção correta.

A A sociedade empresarial poderá ser responsabilizada, inclusive por danos morais, pela ocorrência de **burnout**, diante da demonstração do nexo causal entre a síndrome do funcionário e suas condições laborais.

B O eventual afastamento do funcionário em razão do **burnout** não geraria estabilidade provisória, já que essa proteção legal se limita a acidentes físicos ou doenças listadas nas leis trabalhistas e previdenciárias.

C A sociedade empresarial não possui responsabilidade sobre doenças psíquicas como o **burnout,** pois elas não podem ser consideradas doenças do trabalho, salvo se houver previsão legal expressa nesse sentido.

D O reconhecimento do **burnout** restringe-se ao campo da saúde, sem gerar impactos jurídicos relevantes, pois o ordenamento jurídico brasileiro ainda não contempla essa síndrome como causa de afastamento laboral.

Área livre

* S 2 2 1 9 2 0 2 5 5 5 *

QUESTÃO 43

Considere as seguintes situações:

- **Situação 1** — Um marceneiro, que atua sozinho, decidiu formalizar seu trabalho. Ele não pretende contratar empregados no momento, e seu faturamento anual esperado é de, no máximo, R$ 70 000. Ele busca a forma mais simples e menos burocrática possível para emitir notas fiscais e contribuir para sua aposentadoria.
- **Situação 2** — Uma engenheira abriu, com seu colega de faculdade, uma consultoria de projetos de engenharia. Eles preveem um faturamento inicial de R$ 200 000 por ano e pretendem contratar uma secretária em breve. Além disso, estão muito preocupados com a proteção de seus patrimônios pessoais contra possíveis riscos ou dívidas da sociedade.

Tendo em vista as formas jurídicas societárias, o regime jurídico do microempreendedor (MEI) e os perfis e objetivos de cada indivíduo nos casos apresentados, o mais adequado nas situações 1 e 2, respectivamente, é a adoção de

A MEI, por apresentar responsabilidade limitada e proteger o patrimônio pessoal do indivíduo; e sociedade limitada, por admitir a contratação de múltiplos empregados, embora apresente burocracia e limite de faturamento.

B sociedade limitada, por oferecer simplicidade na tributação, apesar de possuir limite de faturamento anual restrito; e MEI, por admitir a contratação de múltiplos empregados e garantir a proteção de patrimônios pessoais.

C sociedade limitada, por apresentar burocracia simples, com impostos fixos mensais, e por não possuir limite de faturamento; e MEI, por permitir a participação de sócios, apesar de haver restrição de atividades nesse regime.

D MEI, por oferecer simplicidade na tributação, com impostos fixos mensais e faturamento compatível; e sociedade limitada, por permitir a participação de sócios, ter maior flexibilidade para contratação e oferecer responsabilidade limitada.

S22192025 - 22_Direito.indb 55 07/10/2025 15:56:54

QUESTÃO 44

Atualmente, a legislação brasileira prevê os métodos autocompositivos de resolução de conflitos na esfera cível. Nesse contexto, destacam-se a conciliação e a mediação, ambos métodos com previsão normativa, tanto no Código de Processo Civil quanto na Lei n. 13.140/2015 (Lei de Mediação). Assim, a conciliação e a mediação se tornam muito importantes como ferramentas hábeis para o efetivo acesso à justiça, por proporcionarem meios para a promoção da pacificação social e da prevenção de demandas.

Acerca dos referidos métodos de solução de conflitos na esfera civil brasileira, assinale a opção correta.

A A conciliação é indicada para a solução de conflitos que envolvam um vínculo anterior entre as partes, enquanto a mediação é indicada para casos em que não há relação prévia entre os envolvidos.

B O mediador atua como facilitador do diálogo nos casos em que há vínculo anterior entre as partes, não podendo sugerir soluções, enquanto o conciliador pode intervir com propostas formuladas para os envolvidos.

C A legislação estabelece que o mediador e o conciliador devem adotar uma postura tanto interventiva quanto decisória, podendo indicar soluções aos envolvidos sempre que isso for necessário para a solução do conflito existente.

D O mediador desempenha um papel mais proativo e propositivo em sua intervenção, enquanto o conciliador assume uma postura mais equidistante, sem interferir na negociação e sem sugerir propostas a serem avaliadas pelos envolvidos.

Área livre

* S 2 2 1 9 2 0 2 5 5 7 *

QUESTÃO 45

Nas reclamatórias trabalhistas, a justiça do trabalho brasileira vem recebendo, cada vez mais, pedidos das partes para produzir provas digitais por meio do uso de redes sociais e aplicativos de conversa, além de sistemas de geolocalização. O emprego dessas tecnologias nos processos judiciais levanta uma discussão a respeito do direito constitucional à ampla defesa, com uma possível colisão com os direitos fundamentais à intimidade e à vida privada.

Considerando o ordenamento jurídico brasileiro e o princípio do livre convencimento motivado do juiz, assinale a opção correta.

A As postagens em redes sociais podem ser consideradas provas digitais capazes de afastar a validade de atestado de licença médica em contradição com a situação fática nelas exibida.

B A prova digital obtida mediante sistema de geolocalização que utilize os dados de aparelho celular só pode ser aceita pelo juiz e produzida na reclamatória trabalhista quando for requerida pelo reclamante.

C A prova digital obtida mediante sistema de geolocalização constitui uma prova lícita, podendo, portanto, ser utilizada sem restrição no processo judicial, já que o direito à ampla defesa se sobrepõe a outros direitos.

D As conversas trocadas em aplicativo de conversa podem ser consideradas prova digital válida como meio de demonstração da existência de vínculo empregatício, desde que formalizada posteriormente em ata notarial.

Área livre

S22192025 - 22_Direito.indb 57 07/10/2025 15:56:54

Sinaes

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

enade 2025

S22192025 - 22_Direito.indb 58 07/10/2025 15:56:54

* S 2 2 1 9 2 0 2 5 5 9 *

PNDPNDPNDP

Sinaes

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

enade 2025

S22192025 - 22_Direito.indb 60 07/10/2025 15:56:54

enade 2025

* S 2 2 1 9 2 0 2 5 6 1 *

QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO DA PROVA

As questões abaixo visam conhecer sua opinião sobre a qualidade e a adequação da prova que você acabou de realizar. Assinale as alternativas correspondentes a sua opinião nos espaços apropriados do **CARTÃO-RESPOSTA**.

AVALIAÇÃO GLOBAL DA PROVA

QUESTÃO 01

Qual foi o tempo gasto por você para concluir a prova?

A Menos de uma hora.
B Entre uma e duas horas.
C Entre duas e três horas.
D Entre três e quatro horas.
E Quatro horas, e não consegui terminar.

QUESTÃO 02

Em relação ao tempo total de aplicação, você considera que a prova foi

A muito longa.
B longa.
C adequada.
D curta.
E muito curta.

QUESTÃO 03

As informações/instruções fornecidas para a resolução das questões foram suficientes para resolvê-las?

A Sim, até excessivas.
B Sim, em todas elas.
C Sim, na maioria delas.
D Sim, somente em algumas.
E Não, em nenhuma delas.

S22192025 - 22_Direito.indb 61 07/10/2025 15:56:54

QUESTÃO 04

Você se deparou com alguma dificuldade ao responder à prova? Qual?

A Desconhecimento do conteúdo.
B Forma diferente de abordagem do conteúdo.
C Espaço insuficiente para responder às questões.
D Falta de motivação para fazer a prova.
E Não tive qualquer tipo de dificuldade para responder à prova.

QUESTÃO 05

Considerando apenas as questões objetivas da prova, você percebeu que

A não estudou ainda a maioria desses conteúdos.
B estudou alguns desses conteúdos, mas não os aprendeu.
C estudou a maioria desses conteúdos, mas não os aprendeu.
D estudou e aprendeu muitos desses conteúdos.
E estudou e aprendeu todos esses conteúdos.

FORMAÇÃO GERAL

QUESTÃO 06

Qual o grau de dificuldade das questões de Formação Geral?

A Muito fácil.
B Fácil.
C Médio.
D Difícil.
E Muito difícil.

QUESTÃO 07

Os enunciados das questões de Formação Geral estavam compreensíveis e objetivos?

A Sim, todos.
B Sim, a maioria.
C Apenas cerca da metade.
D Poucos.
E Não, nenhum.

S221920256 3

COMPONENTE ESPECÍFICO

QUESTÃO 08

Qual o grau de dificuldade das questões do Componente Específico?

A) Muito fácil.
B) Fácil.
C) Médio.
D) Difícil.
E) Muito difícil.

QUESTÃO 09

Os enunciados das questões do Componente Específico estavam compreensíveis e objetivos?

A) Sim, todos.
B) Sim, a maioria.
C) Apenas cerca da metade.
D) Poucos.
E) Não, nenhum.

S22192025 - 22_Direito.indb 63 07/10/2025 15:56:54

* S 2 2 1 9 2 0 2 5 6 4 *

19

Sinaes

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

enade 2025

INEP

22

S22192025 - 22_Direito.indb 64 07/10/2025 15:56:54